Com o objetivo de demonstrar o desempenho do Município de Rio das Ostras no exercício de 2005 em relação aos limites estabelecidos pela Constituição Federal e Lei Complementar nº 101/2000 e com a finalidade de dar transparência no cumprimento das normas voltadas para a responsabilidade do Administrador Público na gestão fiscal, tendo como sustentáculo a parceria do Poder Legislativo, vimos apresentar os diversos aspectos que contemplam a Execução Orçamentária e demonstrar os resultados fiscais alcançados no exercício.

Conforme o que preceitua o artigo 63 da Lei Complementar n ° 101/2000, o município de Rio das Ostras por possuir menos de 50 mil habitantes não estava obrigado a fixar metas fiscais até o exercício de 2005.

O III Fórum Municipal de Planejamento e Orçamento - Audiência Pública, que extraordinariamente será realizado em 03 de março de 2006 devido aos feriados de carnaval, tratará da Prestação de Contas do exercício de 2005, já que não temos metas fiscais fixadas para avaliar o cumprimento no referido exercício.

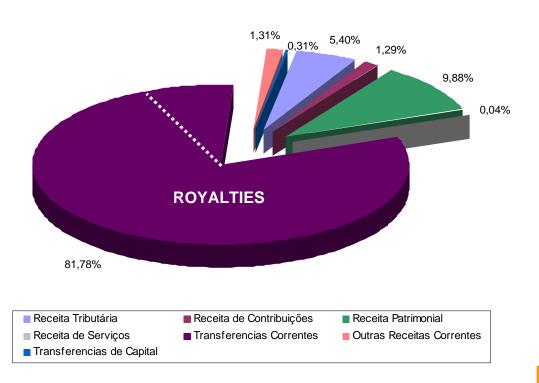
Como fonte de informação foram utilizados o Relatório de Gestão Fiscal, Relatório Resumido de Execução Orçamentária, referentes ao exercício de 2005, publicado no Diário Oficial 247/2006 e complementadas pela Secretaria Municipal de Fazenda.

EXECUÇÃO DA RECEITA

Demonstramos abaixo, a Execução Orçamentária da Receita Arrecadada no exercício de 2005.

D¢ Mil		

	Receita
Especificação	Arrecadada
Receitas Correntes	370.681,5
Receita Tributária	20.068,3
Impostos	18.910,1
IPTU	3.836,1
ISS	7.455,0
ITBI	2.959,4
IRRF	4.659,6
Taxas	1.156,2
Contribuição de Melhoria	2,0
Receita de Contribuições	4.802,4
Contrbuições Sociais	3.591,4
Contribuições Econômicas	1.211,0
Receita Patrimonial	36.726,3
Receitas Imobiliárias	19,2
Receitas de Valores Mobiliários	36.707,1
Receita de Serviços	133,0
Transferencias Correntes	304.081,5
Transferencias Intergovernamentais	306.014,0
Transferencias de Instituições Privadas	10,0
Transferencias de Convênios	2.441,2
Dedução para Formação do FUNDEF	(4.383,7)
Outras Receitas Correntes	4.870,0
Multas e Juros de Mora	1.733,9
Indenizações e Restituições	825,4
Receita da Dívida Ativa	1.999,9
Receitas Diversas	310,8
Receitas de Capital	1.136,0
Transferencias de Capital	1.136,0
Transferencias de Convênios	1.136,0
TOTAL DA RECEITA LIQUIDA	371.817,5



EXECUÇÃO DA RECEITA

Destacam-se o valor referente às transferências e aos ganhos com aplicação financeira dos recursos ROYALTIES, que representam aproximadamente 78% da arrecadação municipal.



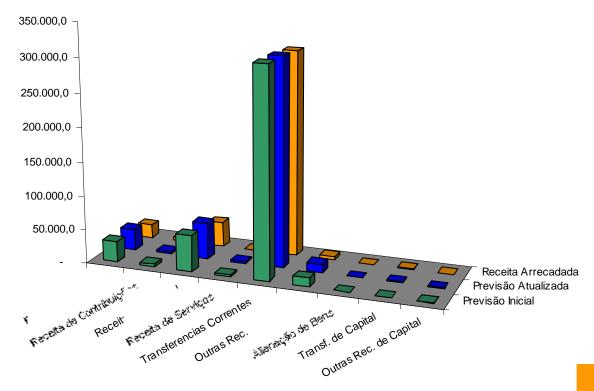


Na tabela e no gráfico a seguir demonstramos valores da receita prevista, da atualizada e da efetivamente arrecadada no exercício de 2005.

R\$ Mil

Especificação	Previsão Inicial	Prev. Atualizada	Receita Arrecadada
Receitas Correntes	412.153,0	412.153,0	370.681,5
Receita Tributária	31.020,0	31.020,0	20.068,3
Receita de Contribuições	3.994,0	3.994,0	4.802,4
Receita Patrimonial	53.422,0	53.422,0	36.726,3
Receita de Serviços	2.818,0	2.818,0	133,0
Transferencias Correntes	307.893,0	307.893,0	304.081,4
Outras Receitas Correntes	13.006,0	13.006,0	4.870,1
Receitas de Capital	681,0	1.817,0	1.136,0
Alienação de Bens	10,0	10,0	0,0
Transferencias de Capital	485,0	1.621,0	1.136,0
Outras Receitas de Capital	186,0	186,0	0,0
Total	412.834,0	413.970,0	371.817,5

Nota: Para efeito deste demonstrativo foram consideradas as deduçoes da receita para formação do FUNDEF



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

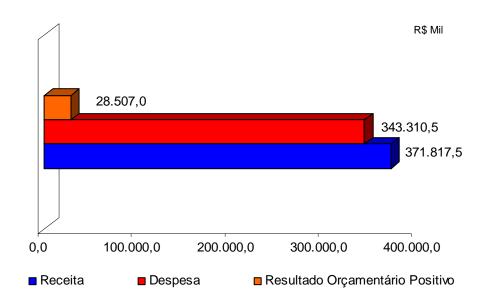
A Execução Orçamentária apresentada foi apurada considerando os ingressos de natureza orçamentária e as despesas realizadas pelo Município incluindo Administração Direta e Indireta durante o exercício de 2005, demonstrando a participação da despesa realizada sobre a receita arrecadada.

	ተ	R	A	٠	ı
К	ď	I۱	Λ	ı	ı

REC	EITAS	DESPESAS	
Receitas	371.817,5	Despesas	343.310,5
		Resultado Orçamentário Positivo	28.507,0
TOTAL	371.817,5	TOTAL	371.817,5

Nota: Para efeito deste demonstrativo foram consideradas as deduçoes da receita para formação do FUNDEF

O quadro acima evidencia um Resultado Orçamentário Positivo na execução entre a receita arrecadada e a despesa realizada no exercício, o que demonstra a preocupação da administração pública em manter a execução da despesa no mesmo nível da arrecadação, atendendo aos princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal, de que os valores arrecadados é que devem definir o poder de gasto do Município.



DESPESA COM PESSOAL

Destacamos, por sua relevância para a Administração Municipal e para a Lei de responsabilidade Fiscal, o demonstrativo da participação da despesa com pessoal e encargos sociais, em relação a Receita Corrente Liquida. Segundo a Lei, a despesa com pessoal incorridas nos últimos 12 meses não deve ultrapassar 60% da Receita Corrente Liquida.

R\$ Mill

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA		
RECEITAS CORRENTES	370.681,5	
Receita Tributária	20.068,3	
Receita de Contribuições	4.802,4	
Receita Patrimonial	36.726,3	
Receita de Serviços	133,0	
Transferencias Correntes	304.081,4	
Outras Receitas Correntes	4.870,1	
(-) Contribuição para RPPS	3.591,7	
TOTAL RECEITA CORRENTE LIQUIDA	367.089,8	

Nota: Para efeito deste demonstrativo foram consideradas as deduçoes da receita para formação do FUNDEF

R\$ Mill

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL E ENCA	ARGOS SOCIAIS
Pessoal Ativo Pessoal Inativo (-) Decorrentes de Decisão Judicial (-) Inativos e Pensionistas c/ Rec. Vinculados Repasses Previdenciários ao RPPS	60.724,2 664,3 21,8 580,9 3.463,9
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS	64.249,8

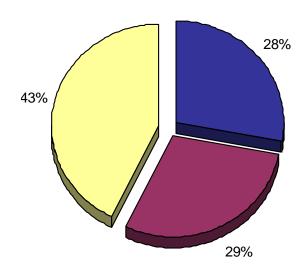
R\$ Mil

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES				
Limite Legal (inciso III, art. 19 da LRF) Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) Total da Despesa com Pessoal	57%	220.254,0 209.241,3 64.249,8		

DESPESA COM PESSOAL

Ao analisarmos os gastos com pessoal podemos observar a ênfase dada às áreas de Educação e Saúde.

Secretaria Municipal de Educação	18.082,2
Secretaria Municipal de Saúde	18.630,3
Demais Gastos com Pessoal	27.537,3



Apurando o atendimento aos limites constitucionais relativos as ações e serviços públicos de saúde, constatamos que o percentual constitucional obrigatório foi superado. O município esta obrigado a aplicar 15% das receitas previstas na Constituição Federal. Em nosso caso aplicamos 37,98% destas receitas. Vale destacar que o gasto acima do valor obrigatório foi de R\$ 11.271,4 mil, o que corresponde a 22,98% a mais do que seria a obrigação do município. Abaixo demonstramos estes dados.

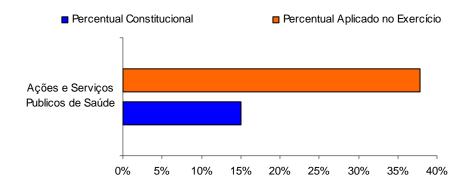
Além dos gastos obrigatórios, o município aplicou R\$ 17.632,3 mil com receitas de Royalties.

R\$I	Mil
------	-----

Base de Calculo para Ações e Serv. Publicos de Saúde	49.059,2
Dedução para Formação do FUNDEF	4.387,
Divida Ativa dos Impostos	1.960,
Multas, Juros de Mora Impostos	1.505,3
Demais Receitas Correntes	3.465,4
IPI	326,0
IPVA	1.328,
ICMS	20.644,6
Transferencias do Estado	22.299,0
ICMS Desoneração	305,
IPTR	8,4
FPM	8.458,8
Transferencias da União	8.772,
ISS	7.455,0
ITBI	2.959,4
IRRF	4.659,6
IPTU	3.836,0
Impostos	18.910,0
RECEITAS PRÓPRIAS E TRANSFERENCIAS	

DESPESAS	
Função 10 - Saúde 10.122 Administração Geral	18.630,3
Total Geral Aplicado com Saúde	18.630,3

Percentual Constitucional					
Ações e Serviços Publicos de Saúde	s Publicos de Saúde 15% 7.358,9				
Percentual Aplicado no Exercício					
Ações e Serviços Publicos de Saúde	37,98%	18.630,3			



DESPESA COM EDUCAÇÃO

O Limite mínimo obrigatório de gastos com a manutenção e o desenvolvimento do ensino é de 25 % das receitas previstas na Constituição Federal. Rio das Ostras superou este limite tendo aplicado R\$ 16.472,4 mil destas receitas o que representa 30,82%, como demonstrado a seguir.

	R\$ Mil
RECEITAS PRÓPRIAS E TRANSFERENCIAS	
Impostos (A)	18.910,0
IPTU	3.836,0
IRRF	4.659,6
ITBI	2.959,4
ISS	7.455,0
Transferencias da União (B)	8.772,3
FPM	8.458,8
IPTR	8,4
ICMS Desoneração	305,1
Transferencias do Estado (C)	22.299,0
ICMS	20.644,6
IPVA	1.328,4
IPI	326,0
Demais Receitas Correntes (D)	3.465,4
Multas, Juros de Mora Impostos	1.505,3
Divida Ativa dos Impostos	1.960,1
Base de Calculo Manut. Desenv. Ensino (A + B + C +D)	53.446,7

Transf. do FUNDEF + Rend. Aplic. Financeiras (E)

Dedução para Formação do FUNDEF (F)

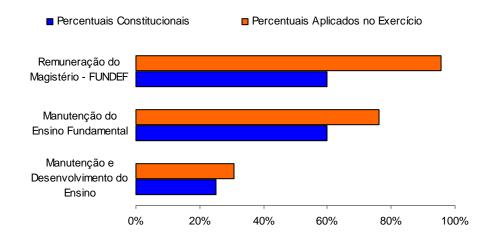
R\$ Mil **DESPESAS** Função 12 - Educação 12.086,7 12.122 Administração Geral 1.650,7 Contribuição Patronal (IPASRO) 229,1 12.361 Ensino Fundamental (G) 5.056,0 Contribuição Patronal (IPASRO) (H) 725,2 12.365 Educação Infantil 4.151,9 Contribuição Patronal (IPASRO) 273,8 FUNDEF (Rec. Vinculado) (I) 8.364,0 12.361 Ensino Fundamental Pessoal Apoio 362,6 Magistério 8.001,3 Total Geral da Despesa com Educação 20.450,6 (-) Ganho nas Transf. do FUNDEF (J) = (E-F) 3.978,3 Total Aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 16.472,3 Total Aplicado na Manut. Ensino Fundamental (G + H + I - J) 10.166,9

8.365,8

4.387,5

R\$ Mil

EDUCAÇÃO	Percentuais Constitucionais		Percentuais Aplicados no Exercício	
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	25%	13.361,7	30,82%	16.472,4
Manutenção do Ensino Fundamental	60%	8.017,0	76,09%	10.167,0
Remuneração do Magistério - FUNDEF	60%	5.019,5	95,64%	8.001,4

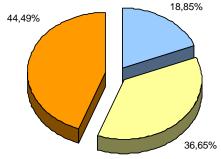


Utilizando os recursos provenientes dos royalties, que não fazem parte das receitas previstas na Constituição Federal, o município aplicou R\$ 16.576,9 mil nas despesas com Educação. Isto significa que, alem de superar em 5,82% o limite mínimo utilizando as receitas previstas, o município aplicou mais que 100% do valor originado daquelas receitas, com recursos obtidos com a transferência de Royalties.

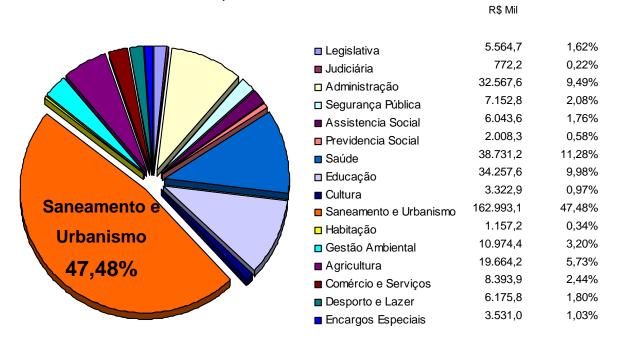
EXECUÇÃO DA DESPESA

As despesas orçamentárias quando classificadas por categoria econômica se apresentam conforme a tabela e o gráfico abaixo, onde fica evidenciado o volume de recursos empregados em investimentos no Município.

	R\$ IVIII
DESPESAS CORRENTES	190.557,7
Pessoal e Encargos Sociais	64.722,6
Outras Despesas Correntes	125.835,1
DESPESAS DE CAPITAL	152.752,8
Investimentos	152.752,8
TOTAL	343.310,5



No nível mais agregado da execução orçamentária da despesa, de acordo com as categorias de Função de Governo, verificamos abaixo onde fica evidente que o volume de receita do município empregada em saneamento e urbanismo, representa aproximadamente 50% do total da despesa executada, demonstrando a prioridade dada aos investimentos em infra-estrutura no município.



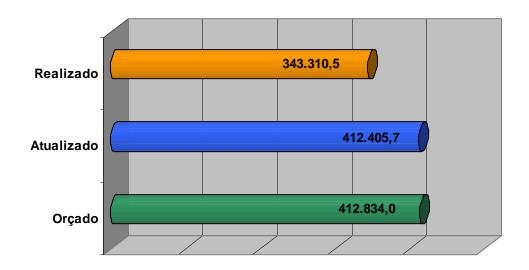
Nestes, destacam-se a Implantação do Sistema de Tratamento de Esgoto, Rede de Distribuição de Água, Restauração e Pavimentação de Estradas e a Pavimentação de Ruas.

EXECUÇÃO DA DESPESA

Os valores orçados, bem como os novos valores decorrentes de créditos adicionais ocorridos durante o período, podem ser comparados com as despesas efetivamente realizadas, demonstrando que foi executado 82% da despesa prevista.

R\$ Mil

Órgão	Orçado	Atualizado	Realizado
Camara Municipal de Rio das Ostras	6.155,0	6.155,0	5.564,7
Prefeitura Municipal de Rio das Ostras	406.679,0	406.250,7	337.745,8
Total	412.834,0	412.405,7	343.310,5



DISPOSIÇÕES FINAIS

Com estes dados e a realização da Audiência Publica, o município de Rio das Ostras cumpre uma de suas tarefas previstas em Lei e demonstra seu compromisso de tratar com transparência as contas municipais.

Rio das Ostras, 03 de março de 2006.

ROSEMARIE DA SILVA E SOUZA TEIXEIRA Secretaria Municipal de Planejamento

JOÃO BATISTA ESTEVES GONÇALVES Secretario Municipal de Fazenda